

## CAPÍTULO 2

# CENÁRIO: O SERVIÇO DE PSICOLOGIA ESCOLAR DO IPUSP

A função e a história do Serviço de Psicologia Escolar (SePE) dão contorno ao intenso trabalho de docentes e psicólogas do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) que tornaram possível o desenvolvimento de diferentes atividades de extensão relacionadas a esse serviço.

O SePE está alocado no Centro Escola do IPUSP (CEIP, assim o chamamos), no bloco D do Instituto de Psicologia. O nome, Centro Escola, foi uma conquista que deu pertencimento a diversas práticas que lá se realizam, muitas delas distantes da ideia de atendimento e de clínica. O CEIP congrega serviços e alguns laboratórios que pertencem aos departamentos do IPUSP. Há quatro departamentos: Psicologia Social e do Trabalho, Psicologia Clínica, Psicologia Experimental e Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, no qual se insere o SePE. Portanto, o CEIP é o local em que serviços e laboratórios de diferentes departamentos realizam suas atividades. A aposta para que se tornasse um centro está presente no regimento (votado em 11 de novembro de 2014), que previa a contratação de uma equipe mínima que facilitaria projetos comuns de trabalho entre os vários serviços. Essa equipe mínima não foi contratada e, nos últimos anos, muitos profissionais de vários serviços e laboratórios se aposentaram ou pediram demissão em razão de um projeto de universidade utilitarista e mercadológico. As portas foram se fechando e, com isso, foram encerrados projetos de extensão e assistência que embasavam muitas pesquisas e trabalhos de formação na USP, como a Creche Oeste, referência de atividade de pesquisa, ensino e extensão.

Esse tom, que ressalta um movimento de redução da dimensão pública em nosso trabalho, está presente nas problemáticas trazidas por muitas equipes atendidas no Plantão Institucional. Nos atendimentos, há momentos potentes de trabalho, de criação e ampliação de políticas públicas; em outros períodos, as equipes precisam desvendar formas de sobreviver eticamente em meio a mandos e desmandos arbitrários.

O trabalho de formação realizado pelo Serviço de Psicologia Escolar inspira-se em concepções que orientaram a história desse Serviço. Com o intuito de ressaltar algumas marcas nos movimentos vividos pelo SePE, em 2017, publicamos – Ana Beatriz Coutinho Lerner e Paula Fontana Fonseca e eu, então psicólogas do SePE – um capítulo sobre a trajetória do Serviço intitulado “Movimentos políticos e discursivos em Psicologia e Educação: fragmentos de uma história” no livro em homenagem aos 40 anos do SePE, *Concepções e Proposições em Psicologia e Educação: trajetória do Serviço de Psicologia Escolar da USP* (Machado, Lerner e Fonseca, 2017). Utilizamos documentos da época da criação do SePE no final da década de 1970 e textos de docentes que participaram do serviço para contextualizar alguns movimentos práticos e teóricos que marcaram a história do Serviço de Psicologia Escolar. Com o objetivo de contextualizar o SePE em que o Plantão Institucional foi desenvolvido, apresentaremos esse capítulo na íntegra<sup>1</sup>. Tomando a criação do Instituto de Psicologia como um marco, o texto ressalta algumas inflexões e descontinuidades que ensejaram deslocamentos políticos e discursivos nas atividades do Serviço de Psicologia Escolar e no campo das articulações entre Psicologia e Educação. Nesse movimento, foi se consolidando, com a participação de muitas docentes e psicólogas (todas mulheres), a direção política do trabalho no SePE. Compreendido como um texto fundamental que se inscreve no percurso do trabalho apresentado neste livro, as referências bibliográficas referentes a esse capítulo serão inseridas ao final.

## 2.1 MOVIMENTOS POLÍTICOS E DISCURSIVOS EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA

Adriana Marcondes Machado, Ana Beatriz Coutinho Lerner e  
Paula Fontana Fonseca

*A memória, quando revive fatos do passado, traz sempre consigo elementos afetivos e imaginários. Mas se espera do memorialista um relato fiel do que ele presenciou. Peço licença para contar de novo – pois os fatos são sempre os mesmos – o que já contei tantas vezes, como testemunha que fui.*

*Ecléa Bosi (2011).*

---

1 Foram feitas pequenas correções no texto e adaptações quanto às questões de gênero das palavras. Por exemplo, em alguns momentos elegemos palavras neutras (p.ex., estudantes), em vez de palavras femininas ou masculinas (aluna ou aluno).

### 2.1.1 DA PSICOLOGIA DO ESCOLAR PARA A PSICOLOGIA ESCOLAR

Analisar o percurso de reflexões e práticas relacionadas à trajetória do Serviço de Psicologia Escolar (SePE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), implica ressaltar algumas de suas inflexões e descontinuidades e o que elas ensejaram em termos dos deslocamentos políticos e discursivos no campo das articulações entre Psicologia e Educação.

O IPUSP foi criado no bojo da reforma universitária de 1968, efetivada em 1970. Anteriormente à sua fundação, a Cadeira de Psicologia Educacional era ministrada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, localizada na rua Maria Antônia (bairro Vila Buarque, cidade de São Paulo), e tinha como diretor o professor catedrático Arrigo Angelini. Os temas abarcados por essa área relacionavam-se ao estudo dos distúrbios físicos e psíquicos das dificuldades de aprendizagem, problemas visuais e dislexia, lateralidade e alfabetização, questões conceituais e experimentais da aprendizagem e técnicas de avaliação psicológica. Essas disciplinas estavam a cargo dos(as) docentes Maria José Aguirre, Romeu de Moraes Almeida, Odete Lourenção e do próprio Arrigo Angelini.

Na ocasião da reforma universitária, foram criadas várias unidades na USP, entre elas a Faculdade de Educação e o Instituto de Psicologia, que se tornaram unidades independentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pouco depois extinta e desmembrada. De acordo com estudo realizado em 1997 para uma reestruturação curricular do curso de graduação em Psicologia, esse momento histórico foi marcado pela “luta pelo poder e pela obtenção de verbas, disputa esta que tinha como arma importante o número de disciplinas obrigatórias ministradas por cada departamento e unidade” (IPUSP, 1997).

Docentes da Faculdade de Educação defenderam que a Psicologia Educacional deveria ser incorporada ao curso de formação do educador e não poderia designar um departamento do então nascente Instituto de Psicologia. Diante dessa controvérsia, o professor Samuel Pfromm Netto, ao examinar os temas de Psicologia incluídos nos manuais de Psicologia Educacional, concluiu que as questões ligadas aos temas da aprendizagem, do desenvolvimento e da personalidade eram pertinentes ao campo da Psicologia, o que respaldou a decisão quanto ao nome de um dos departamentos do Instituto de Psicologia: Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA). O PSA tem, portanto, sua origem ligada à Cátedra de Psicologia Educacional, mas, em função dessa disputa com a Faculdade de Educação, o termo educacional não batizou essa nova figura da estrutura uspiana (Barbosa, 2011).

Uma das referências importantes da história da Psicologia Escolar no Brasil é a professora Maria Helena Souza Patto. Maria Helena havia cursado, como estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a disciplina intitulada Psicologia *do* Escolar e Problemas da Aprendizagem, ministrada na Cadeira de Psicologia Educacional. Quando cursava o quinto ano da graduação, em 1965, formada em bacharelado e licenciatura, foi convidada para ser Auxiliar de Ensino, primeiro grau da carreira docente à época, trabalhando conjuntamente com outros(as) professores(as) dessa disciplina.

Até então, a vertente que predominava no ensino da Psicologia *do* Escolar era o estudo das características intrínsecas aos(as) alunos(as) e do aprimoramento das formas de avaliação e identificação das capacidades e habilidades consideradas necessárias ao processo de aprendizagem, a fim de garantir sua eficiência. Entendia-se que a criança que apresentava dificuldades no processo de escolarização, em função das diferenças que incidiam em sua vida – condições de moradia, escolarização dos progenitores, nível socioeconômico –, era inadaptada e necessitava de avaliação psicológica para bom entendimento das causas do desajuste, tendo em vista decidir sobre o encaminhamento adequado para cada caso. As dificuldades eram compreendidas como geradas exclusivamente por causas físicas, sensoriais, intelectuais e neurológicas.

As obras de Bourdieu (1998), um dos principais nomes da Sociologia da Educação, já haviam demonstrado a forte correlação entre a origem familiar e social dos(as) alunos(as) e seu êxito ou fracasso escolar. Em *Categorias do juízo professoral*, o autor afirma que a avaliação escolar invariavelmente carrega marcas de um julgamento cultural e moral dos(as) alunos(as) de acordo com suas condições individuais, familiares e sociais, dando relevo à dimensão de dominação e manutenção do *status quo* operada pela escola.

As leituras de José Carlos Martins, Michel Foucault, Maud Mannoni, Pierre Bourdieu e outros(as) autores(as) do vasto campo das ciências humanas fundamentaram as críticas que Patto empreendeu à hegemonia de certa Psicologia na abordagem dos problemas de aprendizagem. Com essa postura, Maria Helena passou a questionar a concepção de escola como promotora de igualdade de oportunidades e criticar a prática de avaliação psicológica, de inspiração norte-americana, que tinha como função principal a seleção dos mais e dos menos aptos à escolarização.

Ao se tornar responsável pela disciplina Psicologia *do* Escolar e Problemas da Aprendizagem, a professora Maria Helena Patto fez cair a preposição *do* presente no nome da disciplina, renomeando-a como Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem. Essa alteração promoveu uma importante inflexão no campo discursivo e político das articulações entre a Psicologia e a Educação, na medida em que deslocou o centro da discussão para a função da escola em uma sociedade capitalista. Para a autora:

*[...] é impossível falar de Psicologia da Educação, Escolar ou Educacional se não tivermos uma concepção do que é a instituição escolar. O que é a escola em uma sociedade capitalista? A que ela vem? Precisamos compreender a história moderna e contemporânea, conhecer não só a filosofia da educação, mas a história da pedagogia, da criação dos sistemas nacionais de ensino durante o século XIX nos países europeus que têm essa história como pano de fundo (Patto apud Barbosa, 2011, p. 643).*

Assim rebatizada, a disciplina *Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem* passa a trazer em seu nome o entusiasmo de uma ruptura acerca do processo de produção dos fracassados na escola, deflagrando a necessidade de compreensão da participação das práticas psicológicas na constituição dos problemas de aprendizagem. A retirada da preposição *do* revela uma concepção histórico-crítica da instituição escolar e a força empreendida para realização do objetivo de não mais localizar no corpo *do* aluno e *da* aluna a raiz explicativa dos problemas de aprendizagem.

Ressaltando a importância dos condicionantes econômicos, sociais e políticos na visão de mundo que legitima as práticas responsáveis pela produção do fracasso escolar e as contradições presentes na escola e nas concepções de Psicologia, Maria Helena publicou, em 1990, o livro *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, fruto de sua tese de livre-docência. Como destaca Carvalho (2015), esse livro recebeu o prêmio concedido em 1995 pela Apeoesp de publicação de maior relevância para a área, tornando-se referência em concursos e cursos de graduação e pós-graduação. O autor destaca que:

*[...] a obra de Patto representou uma ruptura teórico-metodológica nos estudos sobre o fracasso escolar, [...] instituindo um novo marco na compreensão dos processos psicossociais envolvidos nas práticas sociais e escolares responsáveis pela produção dos “reprovados”, “fracassados” e por toda a sorte de estigmas que afirmam a incompatibilidade de certas crianças das classes populares para com a aprendizagem e a cultura escolar (Carvalho, 2015, p. 406).*

Analisar os estigmas que acompanham as vidas dessas crianças e se fazem presentes na produção do fracasso escolar implica articular o cruzamento de vários elementos para fazer lembrar que ali há uma criança. Suas vidas ganham destaque. A convivência e o acesso a suas histórias e cotidiano fazem cair por terra a teoria da carência cultural e torna absolutamente imprescindível a consideração da dimensão do preconceito, repetido e legitimado pelo discurso escolar, de que essas crianças são alvo.

## 2.1.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA ESCOLAR

Ao longo da década de 1970, o desejo de criação de um serviço de Psicologia Escolar intensificou-se com a exigência do cumprimento de horas de estágio para obtenção do diploma em Psicologia e a necessidade de fortalecer o eixo da extensão universitária, alinhada à formação dos(as) estudantes. A reforma universitária e a mudança do Instituto de Psicologia para o *campus* do Butantã ocasionaram disputas e a necessidade de reorganização. Docentes antes ligados(as) a diferentes cadeiras de um mesmo curso passaram a fazer parte de diferentes departamentos. Esses anos foram

vivididos sob a tensão dos tempos da ditadura e se tornaram decisivos na redefinição dos objetivos da Psicologia Escolar na USP. As contradições se acirraram em várias áreas e, na discussão sobre Psicologia e Educação, alguns aderiram ao tecnicismo, difundindo a instrução programada e a modificação do comportamento de crianças desviantes, enquanto outros ressaltavam o caráter ideológico e excludente das escolas públicas. As discussões sobre a contribuição da Psicologia na manutenção da ordem vigente e injusta presente no país defendiam que a compreensão do fato de grande parcela de crianças de classes populares apresentar dificuldades em seu processo de escolarização exigia a consideração das relações cotidianas nas instituições escolares.

Apesar de a criação do Serviço de Psicologia Escolar estar originalmente atrelada a práticas de avaliação psicológica voltadas para o diagnóstico das chamadas *dificuldades de aprendizagem* na chave da Psicologia do Escolar, as mudanças estruturais na organização do curso de Psicologia, a divisão departamental e o fato de Maria Helena Patto ter realizado discussões acerca da relação entre a desigualdade social em uma sociedade capitalista e a produção dos problemas de aprendizagem, alteraram significativamente as direções e as justificativas para a existência de um Serviço de Psicologia Escolar no Instituto de Psicologia.

A necessidade de um Serviço que atuasse junto à formação dos estudantes diante das problemáticas da Educação culminou na designação de um grupo de docentes, em 1976, para a elaboração de um anteprojeto que contemplasse suas finalidades, atribuições e recursos. Em 1977, foi criado um conjunto de disciplinas na área de Psicologia Escolar nas quais os(as) estudantes realizavam estágios nas escolas, participavam do cotidiano escolar e tinham mais acesso a elementos presentes na multiterminação em que se tramam as relações institucionais. Esses estágios demandavam supervisões que passaram a ser realizadas por docentes contratadas e ligadas à disciplina *Psicologia Escolar e Problemas da Aprendizagem*<sup>2</sup> e a outras disciplinas optativas da área.

Em 1977, mesmo sem cumprir as exigências propostas no anteprojeto no que concerne à contratação de psicólogos(as) para trabalhar no Serviço, a organização dos estágios e as supervisões realizadas por docentes instituíram o Serviço de Psicologia Escolar<sup>3</sup> no quadro do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.

- 2 Maria Helena Souza Patto ministrava as aulas e estudantes da graduação, monitoras das disciplinas, organizavam os estágios e contribuía com as supervisões. Em 1978, a professora Marlene Guirado ingressou como Auxiliar de Ensino para trabalhar nessas disciplinas e manteve a atividade de supervisão durante dois anos. A professora Ronilda Ribeiro colaborou vários anos como supervisora dos estágios, tendo trabalhado juntamente com a professora Ana Maria Curto Rodrigues, que ingressou em 1984 e veio a falecer em janeiro de 1988.
- 3 Os documentos encontrados e analisados referentes à constituição do Serviço de Psicologia Escolar foram: (i) documento com a decisão do Departamento da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do IPUSP em criar um conjunto de disciplinas na área Psicologia Escolar e designar comissão para elaborar um anteprojeto para a constituição do Serviço (agosto de 1976); (ii) primeira e segunda versões do anteprojeto para o Serviço de Psicologia Escolar (s/d). O documento oficial de criação do Serviço de Psicologia Escolar não foi encontrado.

Durante os anos seguintes, até o início da década de 1980, o que se percebia é que o grande número de estudantes que realizavam estágios e a sobrecarga das docentes não permitiam um trabalho de continuidade na relação com as escolas.

Como afirma Patto (1997, p. 9):

*[...] percebemos que só poderíamos desenvolver um trabalho mais consequente, duradouro e ético se déssemos início ao atendimento efetivo de algumas unidades escolares, nas quais os alunos do curso de graduação em Psicologia realizassem a cada ano seu estágio, sem que sua passagem necessariamente transitória pela escola implicasse em descontinuidade ou término dos trabalhos, o que vinha tornando, com razão, o pessoal docente e administrativo das escolas cada vez mais refratário à presença de estagiários.*

Em 1985, oito anos depois da instalação do Serviço, foram contratadas as primeiras psicólogas que tinham como função primordial dar apoio às disciplinas optativas que convidavam estudantes de graduação de Psicologia a adentrarem no terreno escolar. Os processos de seleção das psicólogas valorizavam uma visão crítica da função social da escola e suas articulações com o trabalho institucional<sup>4</sup>.

O SePE passou, então, a contar com a atuação de diferentes psicólogas e docentes que compuseram um quadro diverso de linhas de pensamento, concepções teóricas e proposições de práticas que assegurassem um diálogo que efetivamente considerasse as diferenças de pontos de vista para estabelecer possíveis campos comuns. Sustentar um debate profícuo, nas palavras de Guy Hall, significa “resistir à tentação de atenuar as diferenças ou de promover falsas concordâncias. Em vez disso o que necessitamos é a reformulação dos sistemas irreduzíveis que cada um tem” (Hall, 2001, p. 11).

Nesse espírito, alternaram-se na coordenação do SePE as docentes Ana Maria Curto Rodrigues (1985-1987), Maria Cristina Machado Kupfer (1988-1996), que fundou, em 1990, o *Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica*, importante campo de estágio na formação de estudantes de Psicologia, Marilene Proença Rebello de Souza (1996-2007), novamente Maria Cristina Machado Kupfer (2008-2013) e Adriana Marcondes Machado (desde 2014).

A equipe de psicólogas também sofreu alterações<sup>5</sup>. Algumas trabalharam muitos anos no SePE: Cintia Copit Freller (1985-2005) e Beatriz de Paula Souza (1989-2011) vincularam-se a Laboratórios de Pesquisa do Instituto de Psicologia dedicados a investigações e intervenções alinhadas à direção política que sustentava seus trabalhos

---

4 As primeiras psicólogas contratadas foram Marilene Proença Rebello de Souza, Silvia Helena Vieira Cruz e Cintia Copit Freller.

5 Denise Trento e Silvia Helena Cruz permaneceram cerca de um ano no SePE como psicólogas e, depois, tornaram-se docentes, respectivamente, na Faculdade de Educação da USP e na Universidade Federal do Ceará. Marilene Proença Rebello de Souza foi psicóloga do SePE no período de 1985 a 1988, quando ingressou na carreira docente no IPUSP.

no SePE; Adriana Marcondes Machado trabalhou como psicóloga do SePE durante 24 anos (1986-2010) e, desde 2010, participa do Serviço como docente do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade; Yara Sayão, aposentada em 2016, dedicou-se durante 28 anos ao Serviço (1998-2016), tendo sido responsável pela criação do Plantão Institucional juntamente com Adriana Marcondes Machado, e, também, pelo impulso aos trabalhos referentes à interface da Psicologia com a Assistência Social, especialmente por meio de estágios e parcerias com instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.

As últimas psicólogas a ingressar no SePE foram Paula Fontana Fonseca, em 2010, e Ana Beatriz Coutinho Lerner, em 2011. Com formação e experiência em Psicanálise, Educação e Saúde Mental, elas foram responsáveis pela criação do Núcleo de Educação Terapêutica e pelo fomento do trabalho em articulação com equipamentos de Saúde Mental para a infância.

As inflexões produzidas no percurso da discussão sobre a interface Psicologia e Educação no curso de Psicologia e a presença de docentes e psicólogas com diferentes linhas teóricas compuseram o caráter múltiplo das concepções teóricas e práticas desenvolvidas pelo SePE, sedimentadas em torno de uma questão precisa: como exercer uma postura crítica diante das demandas e dos encaminhamentos de educadores(as) à Psicologia?

Orientadas por essa questão ética, foram criados, durante o percurso do SePE, alguns dispositivos de atendimento clínico-educacionais: o Lugar de Vida, a Orientação à Queixa Escolar e o Plantão Institucional, com importantes atuações na formação de estudantes de graduação e pós-graduação e no atendimento às demandas da comunidade escolar<sup>6</sup>.

Alguns dos desdobramentos teórico-conceituais dessa questão orientadora podem ser encontrados no livro *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*, organizado pela equipe do Serviço de Psicologia Escolar com a colaboração de algumas ex-alunas e publicado em 1997, vinte anos após a fundação do Serviço. Com uma concepção que analisa criticamente a visão que toma os(as) alunos(as) das escolas públicas e suas famílias como focos centrais das causas dos problemas escolares, a posição do Serviço defendia a necessidade de psicólogos(as) considerarem os complexos processos sociais, históricos e culturais presentes no dia a dia escolar, por meio dos quais se constituem os encaminhamentos por dificuldades de aprendizagem ou de comportamento (Machado e Souza, 1997). Os efeitos dessa proposição podem ser sentidos nos trabalhos apresentados no livro que já anunciava a busca de novos rumos.

Naquele momento, os trabalhos em grupos, as conversas com educadores, as pesquisas participativas, a promoção da circulação dos discursos, a problematização da produção da queixa escolar e o trabalho institucional constituíam um campo teórico-metodológico que dava sustentação às ações do SePE. No entanto, esse campo nunca é estático quando se trata de incidir sobre as formas hegemônicas presentes em uma

---

6 O Lugar de Vida e a modalidade de atendimento denominada Orientação à Queixa Escolar passaram a incorporar o trabalho de diferentes laboratórios de pesquisa coordenados pelas docentes Maria Cristina Kupfer e Marilene Proença Rebello de Souza.

construção histórica que confere estatuto de anormalidade e desigualdade às diferenças. Trabalhando em escolas públicas e com uma população sem privilégios, cada prática criada, ao mesmo tempo em que buscava a melhoria da qualidade da escola, via-se enredada em mecanismos perigosos de reprodução da desigualdade que impedem pensar ao não colocarem em análise nossa própria presença no processo de constituição das cenas e dos acontecimentos vividos. Como afirma Machado (2007, p. 86):

*[...] as cenas e acontecimentos no interior de uma sala de aula e de outros espaços da escola são efeitos de um campo de forças que precisamos habitar de uma maneira não ingênua. Focamos, em nosso trabalho, as questões subjetivas (processos de subjetivação) presentes no processo de ensino e de aprendizagem. Estas questões se engendram em um funcionamento institucional, isto é, em um território estabelecido por práticas, saberes e relações de poder. Habitar este território de uma maneira não ingênua implica termos acesso às funções que estamos ocupando quando vamos à escola, isto é, a maneira como habitamos esse território não depende apenas de nossas intenções e objetivos, mas também da forma como incluímos as demandas dos educadores e os usos e efeitos em relação à nossa presença nas instituições.*

Vinte anos após a publicação desse livro e 40 anos da fundação do Serviço, vimo-nos impelidas a reafirmar o compromisso social com esse legado, que comparece no fundamento de toda e qualquer ação empreendida quando se tem por horizonte o trabalho com a infância e seu *locus* privilegiado na contemporaneidade que é a escola.

### 2.1.3 DA ESCOLA PARA A EDUCAÇÃO

Os últimos 20 anos do SePE constituíram-se em um terreno fértil para a experimentação de diferentes formas de sustentar o compromisso social com a qualidade da Educação Pública no país. Testemunhamos grandes mudanças na forma como a Educação e a escola têm sido organizadas no Brasil: a democratização do acesso à escola, a implementação da Política de Educação Inclusiva, o aumento no tempo de escolarização obrigatória, o fortalecimento e a ampliação da Educação Infantil – consideradas conquistas – vieram acompanhados da precarização do trabalho docente, da exclusão na inclusão, das dificuldades de permanência dos(as) alunos(as) na escola, da disseminação de instituições não governamentais que complementam a função educativa da escola, do crescimento do número de famílias e de crianças em situação de vulnerabilidade e da entrada e predominância do discurso médico e jurídico no campo educativo.

O atravessamento desses discursos e acontecimentos históricos e políticos na Educação fizeram com que ampliássemos o escopo de nosso trabalho, ultrapassando em muito a atuação exclusivamente junto às escolas.

Vivemos, também, mudanças no âmbito da universidade trazidas por uma reforma curricular empreendida em 2004, que propôs alterações no quadro de disciplinas da área de Psicologia Escolar. Duas disciplinas tornaram-se obrigatórias: *Sujeito, Educação e Sociedade* e *Psicologia e Educação*. Havia duas disciplinas optativas no currículo anterior: *Psicanálise e Educação* e *Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem II*. Com a mudança curricular, manteve-se a disciplina optativa *Psicanálise e Educação* e uma nova disciplina optativa passou a ser ofertada aos(às) estudantes da graduação: *Psicologia Escolar e Práticas Institucionais*.

As mudanças das disciplinas alteraram as atividades teórico-práticas empreendidas na formação da graduação. A criação da disciplina *Sujeito, Educação e Sociedade* visava ao aprofundamento da reflexão sobre as funções da Educação na sociedade e as concepções de sujeito que daí decorrem. A disciplina *Psicologia e Educação* passou a abordar diversos aspectos que constituem a escolarização e as diferentes explicações a respeito do fracasso escolar na história do pensamento educacional brasileiro a partir de uma perspectiva histórico-crítica. A disciplina optativa *Psicanálise e Educação* buscava construir uma visão crítica a respeito da abordagem psicanalítica do fenômeno educativo, bem como desenvolver formas de atuação de psicólogos(as) em instituições escolares e de tratamento, com ênfase na perspectiva da inclusão escolar e social. *Psicologia Escolar e Práticas Institucionais*, também optativa, foi pensada de modo a construir juntamente com os(as) estudantes, durante os estágios, formas de analisar e agir nos acontecimentos educacionais, dando relevo ao processo de produção social, político e histórico das relações institucionais em equipamentos com função educacional. Essa disciplina contempla uma das justificativas que subsidiaram a criação do SePe: a necessidade da presença de psicólogos(as) que supervisionassem, de forma sistemática e próxima, a formação de estudantes que acontece por meio de estágios organizados nas instituições educativas.

Em todas essas disciplinas e ações, é garantida a problematização da ação da Psicologia no campo da Educação tendo em vista as relações de saber e poder que compõem as instituições sociais.

O desafio de exercer uma postura crítica “reconhece que a desconstrução necessária na formação dos(as) estudantes de Psicologia para que aprendam a intervir nos processos institucionais vividos durante os estágios requer, também, a desconstrução de uma forma de pensar que cria um suposto sujeito fora do diagrama de forças” (Machado, 2014, p. 12). Tarefa nada fácil e que nos faz compreender o que tanto ouvimos de estudantes pelos corredores do Instituto de Psicologia: é nas experiências dos vários estágios realizados durante a graduação e supervisionados por psicólogos(as) [funcionários(as) técnico-administrativos(as) da USP] que as reflexões operadas no curso ganham intensas marcas.

#### 2.1.4 AMPLIAÇÃO DA EXTENSÃO

Da descrição do conteúdo das disciplinas podemos também extrair os elementos presentes nas linhas de pensamento e ação do SePE – constituição do sujeito, função

da escola, educação, instituições, tratamento, sociedade, crítica e política – que ensinaram a criação de diferentes dispositivos de atendimento e formação.

Em 1997, o Serviço de Psicologia, por iniciativa das psicólogas Adriana Marcondes Machado e Yara Sayão, criou o Plantão Institucional, uma modalidade de atendimento oferecido pelo SePE para grupos de profissionais que trabalham na área de Educação e na interface da Psicologia com os campos da Educação, da Saúde Mental e da Assistência Social. Sua criação responde ao pedido de interlocução e reflexão sobre os impasses vividos cotidianamente pelos profissionais que atuam no campo educacional.

*O trabalho de formação/intervenção realizado pelo Plantão Institucional pretende incidir, principalmente, sobre as representações, crenças e valores que se materializam nas formas de agir e de pensar, permeando atividades de cuidado e de educação dirigidas à infância e à adolescência (Machado e Sayão, 2017).*

Desde sua criação, foram atendidas mais de uma centena de instituições, entre elas escolas públicas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, equipamentos de complementação à escola, serviços de acolhimento institucional e equipes multidisciplinares ligadas às Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social de diversos municípios.

Ganhou força, ao longo desses anos de trabalho, uma concepção de Educação que supõe que os processos educativos não acontecem apenas no interior das escolas. Entendemos Educação como o processo de transmissão de conhecimento e marcas simbólicas que ocorre em diversos espaços institucionais. Os desdobramentos dessa reflexão nos levaram a abrir outras frentes de atuação para abarcar a interface do educativo com os campos da Saúde e Assistência Social, estendendo nossa intervenção a outros espaços de formação e cuidado da infância e da adolescência.

Tal ampliação se reflete na diversidade de atendimentos à comunidade, bem como de campos de estágio oferecidos a estudantes do Instituto de Psicologia: escolas, programas de complementação escolar, instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, Centros de Atenção Psicossociais Infantojuvenis (CAPS IJ), entre outros.

Em 2013, foi criado o Núcleo de Educação Terapêutica (NET) pelas psicólogas Ana Beatriz Coutinho Lerner e Paula Fontana Fonseca, inspirado nas experiências de instituições de tratamento e escolarização de crianças que apresentam dificuldades no estabelecimento do laço social e, por consequência, vivem vicissitudes importantes na vida escolar<sup>7</sup>. A constituição desse Núcleo fundamenta-se no desenvolvimento de um campo teórico-clínico denominado Educação Terapêutica, que aproxima Psicanálise

7 Escola Experimental Bonneuil-sur-Marne, fundada por Maud Mannoni, na França; Le Courtil, por Alexandre Stevens, na Bélgica; e Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica, por Maria Cristina Machado Kupfer, Lina Galetti de Oliveira e Marize Guglielmetti, no Brasil.

e Educação e enseja um conjunto de práticas de tratamento, com especial ênfase nas práticas educacionais, que visa à retomada do desenvolvimento global de crianças e adolescentes com transtornos psíquicos. Em termos formais, o Núcleo de Educação Terapêutica contou com três dispositivos de tratamento: o atendimento grupal, o atendimento individual e a interface com a escola para acompanhamento dos percursos de escolarização das crianças (Lerner et al., 2016).

Desde sua origem, o NET esteve atrelado à pesquisa “Metodologia IRDI: uma intervenção com educadores de creche a partir da psicanálise”, sob responsabilidade da docente Maria Cristina Machado Kupfer, e contou com apoio técnico da psicóloga Paula Fontana Fonseca. No espírito de fortalecer o eixo da extensão e sua articulação com a docência e a pesquisa, o Núcleo de Educação Terapêutica ofereceu estágios aos(as) estudantes de graduação nos dispositivos grupal e individual e também no acompanhamento escolar das crianças atendidas.

As alterações conceituais e práticas nas disciplinas e nas ações do Serviço de Psicologia Escolar estenderam o escopo do trabalho. Se a retirada da preposição *do* em Psicologia *do* Escolar gerou inflexões importantes na implantação do Serviço ao final da década de 1970, hoje podemos afirmar que as ampliações vividas nos últimos anos possibilitaram abrir frentes de atuação e reflexão que abarcam a interface do educativo também com os campos da Saúde e da Assistência Social.

De uma Psicologia adjetivada como escolar, criamos um campo de atuação e discussão que se localiza entre a Psicologia, a Educação e as práticas institucionais.

### 2.1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE QUE FIM NOS APROXIMAMOS?

Atualmente, vivemos sob a égide de um discurso universitário que anuncia a crise e o conseqüente enxugamento de recursos financeiros que dão sustentação às atividades da universidade pública em nosso país. Desde 2014, o IPUSP perdeu mais de trinta funcionários(as) – por meio do plano de incentivo à demissão voluntária – e cerca de dez aderiram ao plano de incentivo à redução de jornada de trabalho. Soma-se a isso a implementação do registro eletrônico de ponto para os(as) funcionários(as) – aqueles(as) com funções exclusivamente administrativas e também os(as) que desenvolvem trabalhos técnicos e acadêmicos –, o que, de acordo com o discurso oficial, justifica-se pela pretensão de organizar o cotidiano de trabalho.

A atuação das psicólogas que dão apoio ao ensino, à extensão e à pesquisa do SePE é fruto de desdobramentos históricos e políticos que tornaram necessário que nosso trabalho acontecesse em rede, o que nos levou a ações em equipamentos públicos de Saúde, Educação e Assistência Social para que pudéssemos oferecer serviços, formação e produção de conhecimento com qualidade e implicação ética. O trabalho de psicólogos(as) no IPUSP, em vários serviços e laboratórios, desenvolveu ações e reflexões que se tornaram referência em diversas áreas, o que não teria sido possível sem um contrato de trabalho assentado em uma perspectiva de formação ético-política “que viabiliza a experiência da liberdade como ação no mundo” (Carvalho, 2010, p. 849).

As medidas administrativas que dão o tom da universidade pública nos últimos anos desconsideram a natureza e as especificidades das atividades acadêmicas. A estratégia de contabilizar o trabalho por horas implica a renúncia diante da responsabilidade de criar estratégias de incentivo e acompanhamento da qualidade das ações nos âmbitos de formação, extensão e pesquisa essenciais para a manutenção da excelência da universidade pública em nosso país.

O empobrecimento e a mutilação dos trabalhos para que eles caibam em uma concepção simplista e generalista que se impõe na atualidade são reflexo do esvaziamento do debate político em prol de modelos tecnicistas de gestão de pessoas. A regra atual, segundo Voltolini (2016, p. 84), é simplificar para melhor gerir, destacando essa “característica emblemática dos nossos tempos: no lugar da política, a administração”.

Nesses quarenta anos de existência, o SePE trabalhou incansavelmente pela melhoria na qualidade da Educação Pública no Brasil, na Educação Infantil e Básica – por meio das parcerias institucionais, assessorias, estágios e etc. – e no Ensino Superior, por constituir-se como um serviço que sempre contribuiu fortemente para a formação ética e crítica dos(as) estudantes que por aqui passaram em seu percurso de graduação e pós-graduação.

Nossa trajetória, que se constitui a partir de movimentos políticos e discursivos no campo da Psicologia e Educação, não é linear. Ela produz seus efeitos para além do âmbito da Universidade, na medida em que convida pessoas que atuam no campo a construir suas próprias trajetórias a partir das marcas formativas impressas pela passagem pelo Serviço. Os trabalhos que compõem este livro são expressões dessas marcas e do que suas autoras construíram a partir das próprias trajetórias. Eles carregam movimentos de resistência que relançam nossa aposta em uma psicologia crítica e inventiva a serviço da expansão da vida e do combate à opressão.

## 2.2 DE LÁ PARA CÁ, MUDANÇAS NO CENÁRIO

O SePE, portanto, poderia ter se tornado um serviço que desenvolveria saberes sobre técnicas diagnósticas. O fato de outra direção ter sido tomada ocorreu em meio a fatores políticos, epistemológicos e físicos. A mudança física do Instituto de Psicologia, com a inauguração da Cidade Universitária no *campus* Butantã, São Paulo, reconfigurou as práticas do Instituto e Maria Helena Souza Patto, tornando-se responsável pela propositura do Serviço, consolidou uma direção outra.

Pensar o atravessamento de fatores de diversas ordens na constituição da vida poderia causar uma sensação de submissão ao acaso. Mas, ao contrário, a existência desses atravessamentos incita vivermos os acontecimentos com uma postura atenta e de espreita para as correlações de forças em que eles se dão. Esse saber está presente nas ações do SePE: habitamos as práticas institucionais e desenvolvemos formas de participação atentas ao fato de que as conquistas na palavra da lei não garantem as mudanças nos processos de subjetivação, nas formas de pensar e agir. Um exemplo: “poderia parecer que, com a política da educação inclusiva, não haveria mais cabi-

mento discutir as classes especiais – para pessoas diagnosticadas com deficiência mental –, assim como poderíamos pensar que a discussão sobre a barbárie praticada nos manicômios estaria superada com o fim dos manicômios. Mas as metamorfoses operadas nas relações de poder exigem constante vigília, pois um dispositivo (classes especiais, manicômios) se constituiu na junção e articulação de linhas intensivas que se rearticulam nas mudanças de políticas públicas” (Machado, 2017, p. 32). No rearranjo das forças ocorrem perigos. Recentemente, houve a volta da proposta de classes especiais por parte do governo. Contra práticas de segregação, é preciso mais do que a lei. O Plantão Institucional incide nessa necessidade.

Desde o ano de início do Plantão Institucional, em 1997, as atividades formativas do SePE com grupos de profissionais se intensificaram. Até o ano de 2011, os atendimentos no Plantão Institucional foram de minha responsabilidade e de Yara Sayão. Depois do ingresso das psicólogas Paula Fontana Fonseca e Ana Beatriz Coutinho Lerner no SePE (em 2010 e 2011 respectivamente), elas passaram a compor a equipe que atendia os grupos no Plantão Institucional.

As mudanças anunciadas ao final do capítulo apresentado, na parte intitulada *De que fim nos aproximamos?*, acirraram-se desde então. Em 2016, Yara Sayão ingressou no Plano de Demissão Voluntária e finalizou seus trabalhos na USP. A implantação do relógio de ponto, a partir de 2017, impediu o exercício de autonomia no trabalho das psicólogas do Serviço. Em 2018, Ana Beatriz Coutinho Lerner pediu demissão devido a questões relacionadas à diminuição de incentivo para pesquisa e estudos para profissionais no cargo de funcionários(as) técnico-administrativos(as). Como os processos de seleção e contratação desses(as) profissionais foram suspensos em 2012, o SePE, em 2018, passou a ser composto por duas pessoas: eu, como docente, e Paula Fontana Fonseca, como psicóloga.

Durante os seis anos (de 2011 a 2016) em que tivemos quatro pessoas vinculadas ao SePE (Ana Beatriz Coutinho Lerner, Paula Fontana Fonseca, Yara Sayão e eu) e todas atuando no Plantão Institucional, as reflexões sobre os manejos desenvolvidos no trabalho e sobre a análise das problemáticas trazidas pelas equipes atendidas se intensificaram. Desde sempre, as atividades de extensão universitária realizadas pelo SePE foram foco de investigações e análises. No decorrer desses seis anos, os questionamentos sobre as ações desenvolvidas pelo Plantão Institucional ampliaram as dúvidas que animaram o trabalho aqui apresentado.